

L E I Nº 651/67

Data : 13 de outubro de 1967.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovado o orçamento geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1968 discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, e que estima a Receita e fixa a Despesa em NCr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros novos).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de rendas, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES NCr\$ 672.000,00
Receita Tributária NCr\$ 169.000,00
Receita Patrimonial NCr\$ 3.000,00
Receitas de Transferências Correntes NCr\$ 459.000,00
Receitas Diversas NCr\$ 41.000,00

RECEITAS DE CAPITAL NCr\$ 28.000,00
Transferências de Capital NCr\$ 28.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos III e seguintes, dos responsáveis subanexos, conforme discriminação seguinte:

CÂMARA MUNICIPAL NCr\$ 6.300,00

PREFEITURA NCr\$ 693.700,00
Gabinete do Prefeito NCr\$ 12.550,00
Secretaria NCr\$ 26.000,00
Serviço de Fazenda NCr\$ 87.000,00
Delegacia de Polícia NCr\$ 600,00
Junta de Alistamento Militar NCr\$ 2.600,00
Recursos Naturais e Agro-Pecuários NCr\$ 2.000,00

Serviço de Viação e Obras Públicas NCr\$ 37.000,00
Aeroporto NCr\$ 2.000,00
Serviço de Educação e Cultura NCr\$ 50.000,00
Serviço de Saúde NCr\$ 16.000,00
Bem estar NCr\$ 35.000,00
Serviços Urbanos NCr\$ 322.000,00

Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:

I – Efetuar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) do total da receita estimada;

II – Abrir crédito suplementar até 50% (cinquenta por cento) das dotações referentes às verbas de custeio de serviços (3.1.0.0), investimentos (4.1.0.0) e inversões financeiras (4.2.0.0).

Artigo 5º - A execução da despesa variável dependerá do comportamento efetivo da receita, ficando o Prefeito autorizado a aprovar, por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações incluídas no plano de contenção.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1968.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 29 de setembro de 1967.

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial Administrativo

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal

José de Andrade Alcântara
Contador

